



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Com a presença dos Vereadores Alfredinho e Rodrigo Goulart, com este presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento nesta audiência pública das Subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros, declaro abertos os trabalhos da 35ª audiência pública que esta comissão realiza no ano de 2019, sendo a 7ª audiência pública regional ao PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020 sobre as seguintes rubricas orçamentárias: Subprefeitura de Capela do Socorro e Subprefeitura de Parelheiros.

Informo que o calendário das audiências públicas ao orçamento de 2020 está sendo publicado no Diário Oficial da Cidade desde o dia 18 de outubro em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, nos dias 17, 23 e 31 de outubro, e 5, 13 e 19 de novembro de 2019; e *Folha de S.Paulo* nos dias 18 e 24 de outubro, e 1º, 6, 14 e 20 de novembro de 2019. Além disso, disponibilizamos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda. Informo também que as demandas podem ser apresentadas em formulário junto a ser retirado junto à Secretaria da Comissão, ao lado; ou no seguinte endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/oramento2020, no *link Dê a sua sugestão*.

Foram convidados para esta audiência o Subprefeito da Capela do Socorro, Sr. João Batista de Santiago, que envia o seu representante, a quem peço para compor a Mesa junto conosco, o Sr. Edmar Dourado dos Santos Júnior, chefe de gabinete da subprefeitura; o Subprefeito de Parelheiros, Sr. Marco Antônio Furchi, a quem eu pergunto que ele está presente ou se enviou também algum representante; a sociedade em geral; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo também que enviamos a todas as secretarias e subprefeituras constantes do calendário ofício convidando-os para participar de todas as audiências referentes ao PL 647/2019, Orçamento 2020.

Pergunto também se há algum representante de alguma outra secretaria ou de alguma outra subprefeitura. (Pausa)

Peço que componham a Mesa as autoridades presentes.

Eu, Vereador Rodrigo Goulart, presidindo esta audiência pública; Vereador Alfredinho. Também o consultor Thiago Alves, de CETEO, a nossa consultoria técnica de orçamento da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que as inscrições para os pronunciamentos devem ser feitas junto à Secretaria da Comissão, que é aquela mesa lá em cima. Dependendo, no decorrer da audiência pública, encerramos as inscrições para que possamos fazer o encerramento desta audiência.

Cumprimento a gestora do CEU Vila Rubi, a Merci. Obrigado, Merci, por nos ceder o espaço.

As audiências são marcadas através da Secretaria da Comissão de Finanças, da qual eu faço parte. Buscamos o melhor espaço para conseguir conciliar essas agendas das duas subprefeituras. Então conseguimos a cessão do espaço pela gestão do CEU, a quem sempre agradecemos pela recepção que nos dão.

Para iniciar a nossa audiência pública, peço para o consultor Thiago que faça a sua apresentação. Tiago vai discorrer sobre o que está previsto não este PL, e também o que foi liquidado em 2019.

O SR. THIAGO DE CARVALHO ALVES – É uma apresentação muito breve, com os grandes números do orçamento das duas subprefeituras que são objetos desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Um minuto. Desculpa. Também temos representantes de demais Vereadores. Peço para que o Chefe de Gabinete do Vereador Ricardo Nunes, Sr. Milton Alves, componha a Mesa conosco. Pergunto também se há algum outro representante de algum outro parlamentar ou representante de nossa região. (Pausa) Então, por favor, pode continuar, Thiago.

O SR. THIAGO DE CARVALHO ALVES – Bom dia, meu nome é Thiago, sou consultor na Câmara. Como eu falei, vou expor, brevemente alguns números dos orçamentos das duas Subprefeituras.

Rapidamente, como funciona o orçamento, a tramitação na votação da lei. A proposta orçamentária chega na Câmara no dia 30 de setembro, quando começa a nossa jornada na Câmara; é enviada para a comissão de Finanças e Orçamento, onde é designado um relator. Depois passa para a fase de audiências públicas para escutar a população, que é a fase atual; após a realização de todas as audiências públicas é feito um primeiro parecer na Comissão de Finanças; é votado na Comissão de Finanças no Plenário, após a votação em plenário, abrem-se duas sessões para Emendas, as quais todos os Parlamentares podem apresentar no texto do orçamento e, finalmente, é votado e aprovado o orçamento, em plenário.

Aqui, para dar uma noção de grandeza dos últimos anos em valores nominais, essa é a evolução dos orçamentos da receita que a Prefeitura esperou arrecadar no começo dos anos, desde 2010 até 2020, para mostrar que houve um salto considerável, partindo de 2010, quase 28 bilhões para chegar a quase 69 bilhões de reais.

Agora, falando da Subprefeitura de Capela do Socorro: foi orçado para este ano 51 milhões de reais; foram gastos até agora, mais ou menos, 25 milhões; está proposto na primeira fase, antes das Emendas, 35-36 milhões de reais para o ano que vem serem gastos nesta Subprefeitura.

As principais ações do orçamento da Capela do Socorro, além da própria administração da unidade, são: manutenção e operação das áreas verdes; sistemas de drenagem; tapa buraco; guias e sarjetas, a parte de manutenção, mas o que chama bastante atenção é que são 6 milhões e meio para manutenção de áreas verdes e 5 milhões e meio para o programa de drenagem, totalizando 36 milhões de reais – antes das Emendas, claro.

A outra Subprefeitura de Parelheiros: para este ano foi orçado 31 milhões de reais, foram gastos até agora 19 e pouco e temos a proposta, nesta fase, em 26,8 milhões de reais, quase 27 milhões.

Mais uma vez: a divisão desses gastos que são propostos, além da administração da unidade, são as manutenções de vias públicas, sistema de drenagem e áreas verdes. Aqui

tem mais vias públicas do que áreas verdes, mas é mais ou menos nessa casa de 5 milhões e meio para manutenção de vias; 3 milhões e meio para drenagens e áreas verdes, totalizando, por enquanto, 26,8 milhões de reais.

Esses foram os números das duas Subprefeituras para esclarecer um pouco a situação para vocês, também, já mostrando que, quaisquer informações ou sugestões que gostariam de fazer, pode ser feita, também, pelo *site*: <http://saopaulo.sp.leg>, tem uma notícia com destaque orçamento 2020; clicando lá, terá bastante informação e um campo para vocês darem sugestões.

Essa foi a minha breve apresentação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Thiago, pela apresentação.

Estou com o Vereador e componente da Comissão de Finanças Alfredinho, que participa muito das nossas discussões. Tenho que agradecer à consultoria que faz bastante coisa e ensina bastante a gente quanto aos números, assim como à Secretaria, também, cumprimento todos os funcionários da Câmara que estão presentes.

O Thiago apresentou, e o que a gente pode observar é que a discussão do ano passado foi aprovada na Câmara. Ele também mostrou o quadro do que foi liquidado até agora, do que foi gasto e a previsão do que teremos para o ano que vem. É isso que a gente tem que discutir aqui.

As audiências públicas regionais não são audiências obrigatórias, que são apenas as gerais e as temáticas. Então, as audiências regionais, acabamos, pelo bom entendimento entre os membros da Comissão de Finanças, fazendo o pedido para trazer realmente para a região para dar oportunidade de a população discutir ou que a gente deve acrescentar nesse orçamento enviado pelo Executivo. É por isso que estamos aqui com os representantes da região, para ouvir vocês.

A gente costuma mesclar os discursos. Então, a gente escuta vocês e, depois, passa para um dos membros da Mesa falar, volta para vocês e os membros da Mesa podem

fazer as considerações finais na audiência. Pergunto se alguém da Mesa quer fazer alguma consideração inicial ou se passamos a palavra direto para o público. Vamos passar para o público.

O primeiro inscrito é o Professor Francisco José, representando a entidade Movimento em Defesa da Vida.

O SR. FRANCISCO JOSÉ – Bom dia a todos. Quero saudar a presidência da Mesa, Vereador Rodrigo Goulart, demais autoridades presentes e toda a comunidade.

Meus amigos, acabo de ouvir um relato muito triste aqui sobre o orçamento de 2019 e o projeto para 2020, por quê? Nós sabemos que a nossa extensa região é extremamente precária e precária em tudo. Nós precisamos, no mínimo, de um orçamento quántuplo desse valor proposto.

Nós temos várias deficiências desde a questão relacionada à falta de saneamento básico no extremo Sul, também, a obra da UPA de Parelheiros que está sem retomada há mais de três anos, assim como a questão relacionada à ocupação irregular de várias áreas – porque nós não temos nenhuma gestão pública voltada para essa questão nem em nível municipal nem em nível estadual – de outro lado, a questão da limpeza urbana, que está sendo feita, mas nós sabemos que ainda há muito por fazer.

Se nós não tivermos, na cidade de São Paulo, uma política voltada para a educação ambiental, nós vamos continuar tendo o povo, infelizmente, jogando lixo e sujeira em vários terrenos da nossa região.

Digo isso porque a falta de uma educação ambiental, que leve o pessoal do extremo Sul e de toda a cidade a ter consciência para fazer o devido descarte de sujeira, é o que está faltando na nossa cidade de São Paulo.

Também nós precisamos terminar em 100% a questão do Hospital de Parelheiros, porque eu tenho certeza de que isso deve estar sendo guardado para o primeiro semestre do ano que vem, quando se aproveitará do período eleitoral, lamentavelmente.

Precisamos urgentemente tomar uma decisão aqui na Capela do Socorro quanto à

implantação de um viaduto. Aqui dessa saída do Largo do Rio Bonito para terminar lá em cima, no Sonda. Nós sabemos, e eu pego ônibus, cerca de 40 minutos ficamos somente lá da ponta da entrada da Cidade Dutra até aqui embaixo. Quarenta minutos nós gastamos nesse trajeto. Então, é preciso tomar medidas urgentes quanto à questão viária de nosso bairro e de nossa região, porque o povo está sofrendo, está gastando até quatro horas para sair do Centro de São Paulo e chegar aqui no extremo Sul.

De resto, gostaria de parabenizar a presença da comunidade.

Muito obrigado, Vereadores, pela disposição e pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Prof. Francisco.

Só lembrando a todos de que temos um limite aqui de três minutos. Então, só para limitarmos para que todos possam falar e participar de nossa audiência. Mas o professor foi dentro do limite. Obrigado.

Segundo inscrito, Sr. Natal Dias, do Movimento de Moradia da Zona Sul.

O SR. NATAL DIAS – Bom dia.

O professor que falou aqui, realmente expôs o que está acontecendo.

Nós da zona Sul, nós, do MM Sul estamos em uma fase muito importante: a fase que trata de dinheiro. E toda a vez em que pensamos em audiência pública, etc, ficamos animados, mas não vemos o resultado disso.

Então, estamos aqui com os nossos amigos Alfredinho, Goulart, todos nossos parceiros, e eu acho que a questão de maior importância hoje é a moradia. Tudo é importante, mas entre tampa-buraco e moradia, eu prefiro a moradia, porque hoje o pessoal está sofrendo. E também estão faltando muitos empregos em nossa região.

E o que está acontecendo? É que a área aqui do Levi, em que estão sendo construídos os prédios, foi prometida para o Aristocrata e ao MM Sul, o que não está sendo cumprido. E estamos em todos os lugares: Sehab, Cohab. Todos são conhecedores do MM Sul, e até agora eu só vejo algumas coisas em privilégio, dizendo que fulano tem não sei quantos números de unidades nesse lugar. E eu acho que isso retrata o assunto em privilégio.

Nós não temos privilégio. Temos luta. A luta a favor dos necessitados, dos que estão precisando, dos que estão encurralados. E os nossos amigos aqui, da Subprefeitura da Capela do Socorro, entendem um pouquinho, mas não podem fazer nada.

Eu gostaria que o Alfredinho desse uma assistência também ao pessoal do MM Sul, não no sentido de promessa ou de empurrar com a barriga. Eu acho que as coisas têm de ser feitas com um pouco mais de seriedade e respeito ao próximo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Natal.

Agora vamos escutar mais um inscrito e depois passaremos para a Mesa, para fazermos uso da palavra também.

Próximo inscrito, Sr. Antonio Francisco Pereira, do Movimento Popular de Saúde Parelheiros e Marsilac.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA - Bom dia a todas e a todos, senhores e senhoras... Ah, não tem nenhuma mulher na Mesa. Desculpa. Ah, tem a moça ali. Por que eu falei isso? Porque a Mesa só tem homem, não tem nenhuma mulher para representar o governo de Parelheiros e de Capela.

Mas, bom dia a todos.

Como a audiência começou de trás para frente, porque para nós seria o melhor que ouvíssemos a proposta do governo, o que o governo fez em Parelheiros e em Capela nos últimos anos, para que depois a comunidade se manifestasse. Então, deixo a minha crítica em relação a esse ponto.

Mas eu quero pegar um pouco do programa de metas 2013/2016, que o governo acabou não cumprindo todas, cumpriu bastante, mas não cumpriu todas. Nas metas 3 e 4, que falam dos nossos CREAS e CRAS de Parelheiros, não conseguiram colocar os dois CRAS em Parelheiros, só temos um. E eu não vi neste orçamento, se está proposto mais um CRAS, obedecendo a meta de 2013/2016 para Parelheiros. E o nosso CREAS, que a proposta era de ter um em Parelheiros, não fizeram e também acho que não entrou nesta proposta de 2020.

Então, eu quero deixar aqui a minha indignação, na verdade, porque a falta desses serviços, em nossa região, traz muito prejuízo para a nossa comunidade. Nós temos um CREAS na Capela, mas fica muito longe de Parelheiros, e que também é pouco, deveria ter outro. Mas, aí, eu quero reforçar a minha fala pedindo para que seja colocada ainda a proposta do CREAS para Parelheiros e do CRAS também para Parelheiros.

O professor foi muito feliz na fala dele quando citou a UPA. Esta é uma discussão que estamos fazendo direto com a Secretaria, com o Sr. Edson, Secretário de Saúde, em relação à UPA e ao Hospital de Parelheiros. O governo tem de deixar esse Hospital de Parelheiros pronto durante o ano de 2020. Temos de chegar ao final do ano de 2020 com aquele hospital todo equipado. Não são 252 leitos e, sim, 253 leitos. Na terça-feira passada, ainda tivemos reunião lá dentro. Então, que esse hospital seja entregue todo equipado, porque essa é a proposta e tem o dinheiro para isso, inclusive. Falta só o governo cumprir. É uma pena que o Secretário não tenha vindo hoje aqui, porque eu esperava encontrar com o Sr. Edson aqui.

Então, por enquanto é isso.

Bom dia para todos e todas. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Antonio.

Tem a palavra o Sr. Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Só para explicar, isso aqui é uma plenária de audiência pública regional e também temos as temáticas. Ontem, por exemplo, foi a da habitação. Na semana passada, tivemos também uma da saúde. Claro que tudo o que aparece aqui, como forma de indicação, de reivindicação, vai para lá, mas o ideal é se indicar as questões nas temáticas. Na temática da saúde, na semana passada, deveria aparecer a história do CRAS. Aqui vai para lá também.

O Secretário de Saúde, lógico, ele não está aqui porque é uma plenária regional. Ele foi na da saúde.

O que eu quero lamentar é que era para uma Mesa dessas daqui..., o Sr. Prefeito

de Capela não está, sem nenhum menosprezo ao Edmar. O de Parelheiros não mandou nem representante. Eles não estão muito interessados em orçamento. Eles deveriam estar mais interessados, porque são eles os responsáveis pela região.

Então, é lamentável. Um, mandou um chefe de gabinete? Mandou, mas ele é que deveria estar aqui. E Parelheiros não mandou nem um representante. É uma coisa lamentável. Aí, o porquê de a plenária estar tão esvaziada. E por quê? Porque o governo não se interessa em mobilizar o povo. Em nosso tempo, na gestão Haddad, as plenárias do orçamento eram cheias, porque o governo mobilizava. Ele chamava o povo para participar. Eu acho que governo que tem medo de povo, que não chama o povo para debater é porque tem medo do povo.

O orçamento é uma coisa importantíssima. É como se fosse administrar a sua casa.

Aqui, vocês já apontaram algumas coisas: o Hospital de Parelheiros, não sei o quê, e não sei o quê. Porque o orçamento prevê, para o ano que vem, 68 bilhões, que é uma possibilidade. Pode ser menos, pode ser mais. Depende muito de como vai estar a economia. Se a economia crescer, pode até ser mais de 68 bilhões. Se ela cair, pode ser menos. Mas quando você elabora um orçamento, você designa, divide ele nos setores: quando você vai gastar na saúde, com o que vai gastar; quando você vai gastar aqui na manutenção.

Eu estava vendo aqui a questão de drenagem. A nossa região, no ano passado, como toda a Cidade, foi uma das que mais sofreu com enchentes, e quando eu vejo aqui 3 milhões e alguma coisa para drenagem para Capela e acho que menos de 2 para Parelheiros. Esses valores não dão nem para o começo, para combater enchentes!

E o que vamos fazer? Na Câmara, vamos alterar, vamos alterar. Nós não estamos ainda no período de apresentação de emendas, porque devemos votar isso aqui até a primeira semana de dezembro, esta é a previsão. Para que votemos em segunda votação e aprovemos até, talvez, dia 20 de dezembro.

Audiências, acho que vamos ter mais umas três, quatro. Na segunda-feira vai ter uma geral e durante a semana mais algumas. Depois disso, depois que votarmos em primeira

é que nós, Vereadores, poderemos apresentar as emendas. E apresentamos emenda pessoal, que é aquela que o Vereador indica quando ele quer que se faça a obra. Só são 4 milhões, que não dão para nada, quando você divide a Cidade, ainda mais uma Cidade deste tamanho. Não daria nem muito se esse valor fosse só para cá, para Capela do Socorro ou só para Parelheiros. E temos as emendas genéricas que indicamos. Chamamos de genéricas porque indicamos, mas não está garantido que serão aceitas no relatório, porque o relator do orçamento e o presidente da Comissão e mais a Comissão é quem vão decidir quais emendas serão aceitas. E mesmo elas sendo aceitas, não tem a garantia de que o Prefeito vá executar. Mas, eu e o Rodrigo, por exemplo, um dia desses, estávamos discutindo aqui a Ponte da Primavera. Vamos colocar uma emenda e já está encaminhada, porque já foi do ano passado, mas vamos repetir neste ano. Aqui, eu vi a sugestão de um outro viaduto, partindo ali, do Rio Bonito e indo até o Sonda. Assim como tem a ideia de um outro aqui que parte ali da linha do trem, no Parque Alto, para descarregar aqui perto do Hospital Grajaú. Têm muitas ideias. Muitas ideias e muitas indicações. Agora, não vai ter dinheiro para tudo, porque mesmo sendo 68 bilhões, não tem dinheiro para tudo.

E uma plenária como esta serve para a população escolher a prioridade. Se não dar para fazer um viaduto ou um não sei o quê, o que é possível fazer? Então, tem uma série de outras questões que, talvez, sejam mais prioritárias que um viaduto, sob o ponto de vista de melhorar a vida da comunidade local.

Mas só que a Câmara veio, chamou, o povo não veio. Se bem que eu estou tirando aqui a principal culpa do povo. A principal culpa é do governo, que não convocou. É o governo que tem de convocar e chamar, para o povo vir e debater e, aqui, indicar as suas reivindicações.

Então, politicamente é o principal projeto que nós vamos votar agora no final do ano, e que é o orçamento. Por isso, da importância da participação do povo.

Para terminar, é claro que isso que foi apresentado aqui, e nós temos aqui a proposta de orçamento de Parelheiros e Capela do Socorro, em todas as questões colocadas,

os valores são muito baixos. Sabemos que isso aqui não dá nem para o cheiro!

Aqui, por exemplo, no programa de tapa-buraco. Onde não tem um buraco aqui? Em qual rua que não tem um buraco, em qualquer lugar da Cidade? São quatro milhões. Nós sabemos que isso não dá nem para o cheiro também, porque são coisas que vamos alterar, né, Rodrigo? O Rodrigo é membro da Comissão.

Como que o orçamento chega à Câmara? Aqui é uma proposta do Prefeito. Ela vai para a Câmara e ela pode ser aprovada do jeito que está aqui e pode ser modificada. Nunca é aprovado do jeito que o Prefeito manda. Isso nunca aconteceu. A Câmara sempre modifica: onde tem menos dinheiro, põe mais dinheiro. Tem setor, por exemplo, que não dá para tirar dinheiro. Como é que você vai tirar dinheiro da Educação ou da Saúde? Não tem como tirar. Mas dá para tirar dinheiro de propaganda, dá para tirar. Aliás, o governo está gastando muito com propaganda. Talvez, se não estivesse gastando tanto com propaganda, não tivesse cortado o Vale-Transporte. Foi uma luta que fizemos. Fomos para a Justiça, continuamos na Justiça, porque o Prefeito retirou o número de embarques utilizados pelo Vale-Transporte. Você podia usar quatro conduções em um período de duas a três horas e agora você só pode usar dois embarques. Isso dá um efeito violento no bolso do povo.

Então, de propaganda, podemos tirar. Podemos tirar da coleta de lixo. Não é porque não precisa ter coleta de lixo, mas eles ganham muito dinheiro e fazem um trabalho péssimo em algumas situações. Podemos tirar dinheiro da coleta de lixo também. É um lugar de onde podemos tirar dinheiro, não que a coleta de lixo seja um desastre total, porque passa três vezes por semana e em todas as ruas. Às vezes, a população também exagera muito e joga muito lixo na rua. É que é muito dinheiro também. É muito dinheiro que você coloca e sabemos que o dinheiro que está ali possivelmente não precisaria do número que está ali.

Então, nós vamos aqui olhar dos lugares que podemos tirar para modificar a proposta e aumentar. A Saúde, por exemplo, parece que está gastando, em média, além dos 15% obrigatórios, está passando de 20 e, mesmo assim, tem um problema de falta de remédio nas UBSs, problemas de falta de médicos nas UBSs. Então, é um lugar que vamos olhar com

muito carinho, para a Saúde, para a Educação principalmente, para modificarmos o orçamento um pouco, porque sempre é modificado.

Então, foram essas as minhas palavras iniciais e quero dizer que estou triste aqui, porque, em uma Mesa dessas, com duas subprefeituras e não termos a presença de nenhum dos dois subprefeitos, é o retrato do desinteresse para discutir um tema tão bacana. Sem querer menosprezar ninguém, mas o Santiago tinha de estar aqui. Aliás, em todas plenárias de orçamento da gestão Fernando Haddad, os subprefeitos estavam, e eu acho que o governo tem de cobrar isso, que os subprefeitos participem, porque eles são a autoridade local. Eles não falam que são os prefeitos locais? Que prefeitos são esses que não vão a uma audiência pública do orçamento, que é uma questão tão importante para a população e para eles também? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Alfredinho.

A próxima inscrita é a Sra. Lindaura Silva Maciel, do Movimento Popular de Saúde Parelheiros/Marsilac.

A SRA. LINDAURA SILVA MACIEL – Bom dia. Obrigada pela oportunidade.

Eu acho que é muito importante a nossa participação. Eu iniciei nas lutas sociais aqui na região de Capela do Socorro e Parelheiros desde 1989, quando nos foi dada a oportunidade de fazermos a nossa participação popular para acompanharmos e vermos onde teriam de ser aplicadas as verbas. Se são poucas, nós temos de priorizar.

Para nós, de Parelheiros, tem chegado lá só o que sobra. Eu acho injusto nós termos uma subprefeitura, uma supervisão de Saúde e termos um déficit tão grande na área da Saúde, em Parelheiros. Nós não temos uma unidade direta de especialidades, e o pouco que nós temos, está com a atenção básica, que foi implantada uma unidade de estratégia de saúde da família em todas as poucas unidades que nós tínhamos, que são quatro unidades diretas: o Balneário, a UBS do Jardim Campinas, a UBS Parelheiros e mais a UBS São Norberto. Então, estamos tendo sérias dificuldades, inclusive, na unidade de Parelheiros, porque implantou junto e não está dando conta. Além de ser em número reduzido, os profissionais que temos, na área

de especialidades..., de que necessitamos, principalmente nas áreas de psiquiatria, psicologia, ginecologia e outras especialidades que são obrigatórias, nós temos de vir para uma região enorme e que já não dá conta da demanda que tem. E ter um hospital do tamanho de Parelheiros, do qual sentimos orgulho, porque conquistamos aquele hospital, que só atende a atenção básica, não é justo. Nós queremos urgência. Inclusive, eu participei da comissão, no dia em que fomos na Secretaria, e está aqui a quantidade de dinheiro que tem para o Hospital e Parelheiros e Ermelino Matarazzo. Isso aqui até já rasgou de tanto que eu uso, eu vou tirar uma xerox, porque disso não vamos desistir nenhum minuto sequer, de garantirmos os nossos direitos, de vermos aquele hospital funcionando, porque o hospital não é de Parelheiros, o hospital é municipal e vai atender toda a nossa região.

Nós sabemos as dificuldades dos hospitais daqui. Eles estão saturados, não dão conta da demanda. Então, nós queremos que priorize.

E eu dou uma sugestão: em vez de passar a cal que está sendo usada nos postes, nas guias e nas bocas de lobo, que o dinheiro gasto com essa cal fosse usado em obras sociais, em nosso transporte, em nossa Saúde, porque eu acho que seria muito mais importante para nós. Inclusive, os postes são de empresa particular e, se tivesse de passar a cal, que fosse a Enel.

A minha crítica é construtiva. O que eu quero é o melhor, porque foi muito importante a luta e nós não vamos desistir da luta, porque tivemos bastantes conquistas na região e queremos mais, porque não é justo que moremos em um bairro pertencente à Capital e que não tenhamos direitos iguais. Não tenho nada contra a Capela, mas aqui nós temos cinco unidades de especialidades de saúde em Parelheiros não temos nenhuma. E o pouco que temos ainda está com a atenção básica, que não dá certo, porque o espaço é inadequado, é prejudicial tanto para o usuário quanto para os funcionários. Tem de agilizar, o mais rápido possível, a mudança da unidade de Estratégia Saúde da Família da UBS Parelheiros para um outro local. Alegam que não estão achando local. Eu acho que se tiver um pouquinho de vontade e compromisso, vai achar, nem que tenha de construir, porque a área do hospital é

uma área de 70 mil metros quadrados e sobrou muito terreno e nós temos outros lugares em que pode ser construída uma unidade e fazer valer os direitos daquela comunidade.

Muito obrigada. Bom dia. Espero poder participar outras vezes e colaborar com vocês, com a comunidade e com as autoridades. Não tenho nada contra. Temos de trabalhar juntos porque um lado precisa do outro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigada, Sra. Lindaura.

A próxima inscrita é a Sra. Tata Silva, da Associação de Moradores do Manacá da Serra.

A SRA. TATA SILVA – Bom dia a todos.

Eu sou a Tata, do Manacá da Serra. Sou de Parelheiros e, às vezes, eu fico angustiada de ver que lutamos, lutamos, pedimos, reivindicamos e as reivindicações nossas é como se não tivessem sendo ouvidas.

Eu fico pensando: o que está no orçamento para regularização fundiária dos bairros de Parelheiros? Nós temos bairros consolidados que não vão sair, que é o caso do Manacá da Serra, por exemplo; que é um bairro que está lá, tem água, tem esgoto, através de uma ação judicial. Queremos que seja feito lá a pavimentação. E o que podem me garantir para o Manacá da Serra é a pavimentação mecânica.

Para que me serve a pavimentação mecânica do bairro Manacá da Serra, se é um bairro consolidado e não vai sair mais de lá? Então, está na hora de a gente brigar de verdade para que realmente haja mudança. Não me conformo com isso. A gente briga por saúde, mas a gente não tem saneamento básico nessas regiões. Há mais de uma centena de bairros em Parelheiros que a maioria deles não vai sair de lá.

Então, quando vão resolver o problema desses bairros? Vai realmente resolver e colocar saneamento básico, esgoto, energia, correio. Vocês não sabem o que é não receber uma conta na sua casa porque você não tem CEP. Então, vamos consolidar isso, vamos resolver o problema de verdade.

Realmente, isso aqui está esvaziado. Sabe por quê? Porque ninguém está

preocupado. A gente fala, fala, mas ninguém escuta. Quando vem o orçamento, vem isso. É mais um ano. Estou há um ano pedindo para que seja feita a pavimentação do Manacá. O ano inteiro eu peço, onde quer que eu vá. Gente, vamos fazer, vamos resolver o problema.

Estamos aqui e mais uma vez a gente continua sem pavimentação. A maioria dos bairros continua sem esgoto. Está sem esgoto lá e você quer falar de saúde? A gente pede realmente saúde, mas saúde é saneamento básico.

Sabe que tem criança que não vai à escola porque a perua não tem como chega se estiver chovendo? E aí a gente tem que descer até uma portaria na lama. Então, por favor. Eu gosto de pensar, de raciocinar, então, essas audiências precisam realmente encher de gente para cobrar, para fazer as coisas funcionarem.

Não está aqui o Subprefeito, nenhum dos dois. É uma vergonha para nós, é uma vergonha porque eles deveriam ser os primeiros aqui brigando e exigindo que o orçamento seja aumentado e que tenha garantia de pavimentação mecânica para aqueles que não sabem o que vão fazer com eles; mas para aqueles bairros que estão consolidados está na hora de fazer o que tem que ser feito: regularização fundiária para esses bairros, saneamento básico para esses bairros. Tem que estar no orçamento. Quando não estiver, a gente tem que exigir que os Vereadores votem a favor da população e peçam para que seja colocado no orçamento dinheiro para fazer a regularização fundiária necessária. É para isso que os Vereadores estão lá, para brigar por nós, porque colocamos vocês lá como os nossos representantes. Então, a gente precisa disso em Parelheiros, a gente precisa urgentemente que seja colocado no orçamento dinheiro para fazer o que tem que ser feito nos bairros consolidados, que não vão mais sair de lá.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Táta.

Próximo inscrito é Eliude Araújo, da Ocupação Aristocrata.

O SR. ELIUDE ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas lutadores de moradia de saúde, a Mesa, nobres Vereadores Rodrigo Goulart, Alfredinho, assessoria do Nunes, Edmar e

demais integrantes da Mesa.

A minha fala é com relação a nossa ocupação Aristocrata, que há mais de quatro anos já foi desapropriada. Há um terreno de mais de 80 mil metros quadrados abandonado, uma área do Verde e Meio Ambiente, segundo a assessoria e a Prefeitura Municipal Regional já tem orçamento para construir um espaço de lazer, de Cultura.

Ainda ontem tivemos reunião com a população e a gente vê que local, quem visita lá, quem veio pela mídia, está abandonado, largado. Reforçando e afirmando que dentro do distrito da Capela do Socorro, o Grajaú é o distrito mais abandonado que existe na cidade de São Paulo. Falta tudo: saneamento básico, moradia, educação, saúde.

A gente pede aos nobres Vereadores que hoje estão representando a nossa região que tenham certa sensibilidade com essa região, com esse distrito, que hoje é o distrito que mais tem população dentro da Capela do Socorro e necessita urgentemente da questão da regulação fundiária, como a cara colega falou, saneamento básico e, lembrando também aos nossos nobres Vereadores, que o pacote da pobreza que foi aprovado e será colocado pelo Rodrigo Maia no Parlamento vai sair e a gente tem de ficar de olho no orçamento. Esse recurso tem de vir para São Paulo e, em São Paulo, tem de ser aplicado em lugares de extrema pobreza.

Então, só quero hoje, reafirmar. Vim aqui para reafirmar que a Ocupação Aristocrata hoje ainda não tem nenhum tipo de assistência, não tem nenhum tipo de assistente na saúde, em benefícios de moradia, sendo que a nossa região do Grajaú existe espaço privado e público para se fazer a moradia para essa população.

Deixo aqui a minha saudação também como indignação. A gente vê esses quatro anos e o local lá do jeito que está abandonado. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente não faz nem visita sequer ao local. De vez em quando temos a visita da nossa regional, do Subprefeito e mais alguns que têm feito a luta diária para que esse local seja um local, amanhã ou depois, de recursos culturais no geral.

Obrigado a todos e tenham um bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Eliude.

Próximo inscrito é o Sr. Artur Amato Neto, do Conade.

O SR. ARTUR AMATO NETO – Bom dia, Rodrigo. Você estava comigo junto no Conselho Nacional de Justiça, foram colocados 38 desse 68 bilhões para os Conselhos Tutelares.

Agora, são 1.500 conselheiros tutelares só. Esse dinheiro pode ser melhor distribuído porque isso está parecendo uma piada, o descaso feito as pessoas, o descaso feito a toda a população por que isso pode ser melhor investido tanto na saúde, na segurança pública, nas pessoas moradoras de ruas que andam crescendo em toda a Capela do Socorro, em toda a Parelheiros, pode ser usado melhor nos CAPS, pode ser utilizado no Hospital Parelheiros.

Tem 68 bilhões. Sobrando, pessoal, sobrando na Prefeitura de São Paulo não é 68 bilhões que ainda vão aparecer, que estão sobrando, agora são 68 bilhões que nós precisamos investir porque senão tem gente que vai perder o cargo. Tem gente que não vai ser mais reeleito porque a população não é boba e nós estamos batalhando pela população para defender o ser humano, para defender a segurança pública, a população. Precisamos de mais investimento na segurança pública da população e no meio ambiente da população. Estão deixando de ser feitas creches por causa de bobeira, podendo aproveitar e reaproveitar locais fechados pelas Subprefeituras.

Agora, cadê os subprefeitos que nunca dão as caras em nenhum Conseg e nem na própria Subprefeitura? Quando eu fui lá, eu não consegui ver o Subprefeito. Cadê essas pessoas para defenderem a população e para aumentarem esse dinheiro todo? Somando os dois bairros dá 60 milhões. 60 milhões para 68 bilhões é uma piada. É uma piada que está sendo mal feita com a população e uma piada de mau gosto. Do contrário, não vai ter mais reeleição para político nenhum.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Artur.

A próxima inscrita é a Sra. Maria Souza da Silva, agente jurídica de Parelheiros.

A SRA. MARIA SOUZA DA SILVA - Boa tarde, pessoal. Sou agente jurídica de Parelheiros e venho falar em nome da população.

Então, falta segurança nas escolas, nas praças. Onde eu moro o pessoal vive fumando narguilé, os menores de idade, é droga solta. Lá rola de tudo. Lá não tem segurança nenhuma. Isso é sobre segurança que eu digo.

Precisamos para o Hospital de Parelheiros mais equipamentos também porque a saúde lá não está bem representada não, porque não equipamento. É o que a população diz. No posto também do Recanto Campo Belo é a mesma coisa. O pessoal disse que não tem médico, não tem nada para atender a população. Eles fazem exames, mas não tem médico lá para atendê-los. Então, tem que ver isso daí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Maria.

Agora, passo à Mesa, ao representante do Vereador Ricardo Nunes, chefe de gabinete Milton Alves.

O SR. MILTON ALVES - Bom dia a todos. Obrigado pela presença.

Gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Vereador Rodrigo Goulart e a Comissão Técnica de Finanças, da Câmara Municipal.

Apesar de não ser uma audiência temática e sim de orçamento da Capela do Socorro e Parelheiros, mas em defesa da regularização fundiária, como a Tata Silva comentou importantíssimo esses bairros que já estão consolidados serem regularizados, principalmente com saneamento básico e também defender aqui a volta de um programa chamado Defesa das Águas, em conjunto da Prefeitura, Governo do Estado, Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana para combater as invasões irregulares, principalmente Capela do Socorro e Parelheiros.

Hoje temos esse grande problema de várias invasões. As pessoas vendem terrenos para as pessoas que estão precisando em áreas que não são permitidas. Então, acho que

esse Programa seria um avanço para a região.

Gostaria também de comentar sobre o Hospital Parelheiros. Estamos trabalhando bastante para que em 2020 todo o hospital venha a funcionar. Conseguimos um convênio com Instituto do Câncer Dr. Arnaldo, que vai implementar no Hospital Parelheiros no ano que vem a radioterapia e a quimioterapia para as pessoas não precisarem se locomoverem da Zona Sul até o Centro, para poder fazer esse tipo de tratamento que hoje muitas pessoas precisam na nossa região e tem que se deslocar até o Centro para poder fazer. São tratamentos muito agressivos para as pessoas que estão necessitando e o transporte dessas pessoas nesse período fica muito difícil.

Então, nós estamos trabalhando para que o Instituto do Câncer, Dr. Arnaldo, venha ter esse serviço no Hospital Parelheiros.

Agradeço e também fico à disposição no gabinete do Vereador Ricardo Nunes, na Câmara Municipal, para ouvir as demandas de vocês e trabalhar junto com o Vereador Rodrigo Goulart para colocar no orçamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Milton.

Tem a palavra o Sr. Sandro Bento de Carvalho, do Sindsep.

O SR. SANDRO BENTO DE CARVALHO - Bom dia a todos e todas as presentes.

Muita coisa é falada e pouca coisa é resolvida. Quando a gente elege, elege quem nos representa. Na verdade foi feita uma fala que não está representando porque em campanha eleitoral todo mundo corre a cidade, os bairros, todo mundo conhece os problemas. Aí faz uma audiência pública e fala que a população não foi chamada. Só que se fosse uma eleição para conselho tutelar, estaria lotado. Cabe aos nobres Vereadores convocarem a população. Estamos passando por momento em que a discussão precisa de unidade, mas unidade de todos os partidos. O problema do País está grave, não é só em São Paulo, é do País.

Quando eu ouço empurrar a culpa para a população, principalmente em invasão, a invasão só ocorre quando o poder público não fiscaliza, ele não dá moradia, ele não dá

emprego, ele não dá saúde, ele não dá educação. Porque se eu for falar de invasão, eu vou falar em invasão no Passa Rápido, os moradores de rua na linha do trem, nos trens que estão lotados. Os trens agora são um shopping. Quantas pessoas estão sem trabalho sobrevivendo de vendas nos trens. É impossível por quê? Será que os Vereadores não pegam trem e nem lotação? Não assistem aos noticiários?

Gente, estou aqui não para fazer a crítica destrutiva, mas para fazer uma crítica construtiva. A Capela do Socorro merece. Não só a Capela do Socorro, da ponte da Capela do Socorro, que é o extremo Sul dela no final da Chácara Santo Amaro, é tudo Zona Sul. Você pode morar aqui na região um pouco melhor, mas é tudo da zona Sul.

Então, às vezes falta um pouco para todo mundo. Eu vim aqui na audiência passada que teve cobrar uma audiência pública para falar das endemias da cidade de São Paulo quando o Zica vírus estava aí. Hoje nós temos chikungunya, zika vírus, febre amarela, Sarampo, tuberculose voltando, caxumba. Até hoje não foi feita uma audiência pública. A zoonose que cuida das endemias não tem carro para fazer o fumacê, não tem material, não tem material para entregar porque está faltando.

Será que a Câmara não sabe? Foi destinado no orçamento para dois contratos de gestão da Associação Sol de Família 399.779.253 reais. Como não tem orçamento para fazer o que a população necessita? Agora, como se faz um contrato sem discutir com a população, sem respeitar os conselhos de saúde? Enfiando goela abaixo e falando você tem aceitar. Não temos saúde. A estratégia Saúde da Família e o Programa da Assistência do agente comunitário de saúde que vai à casa da população é lindo, só que não temos especialidades. A especialidade do Milton Aldred eles querem tirar. Agora você vai ter um atendimento na porta? Vai, só que você não vai ser encaminhado para uma especialidade.

Então, a gente tem que realmente ver que saúde a gente precisa. E eu estou aqui para fazer a reivindicação de dois terrenos: um que já foi pedido para construir um PAIC, que é um polo para que a gente tenha inseticidas e combustíveis para fazer as endemias da Cidade e que fica na zona Sul, onde é a Prefeitura de Parelheiros, Santo Amaro, Cidade Ademar e

Capela do Socorro, deveria haver um centro localizado para este polo porque é mais fácil pegar o inseticida aqui do que ir lá para o Centro, para o Campo de Marte, para pegar material, gastando gasolina, tempo. Então, tem como a gente resolver.

Também gostaria de fazer a reivindicação do terreno para a construção da Subs Capela do Socorro. Nós também temos muitos terrenos aqui. Essa é a reivindicação para melhorarmos o fluxo de atendimento aqui.

Para terminar, eu ouvi uma fala que quando se fala das invasões – em um minuto eu encerro -, das moradias irregulares, a Sabesp está lançando o esgoto que a gente paga 50%, nas Represas Billings e na Guarapiranga. Cadê a fiscalização? Nós temos que fiscalizar as duas partes, Vereadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Gonçalves de Almeida, Defensor Popular.

O SR. GONÇALVES DE ALMEIDA – Pessoal, o que eu vejo nesta Administração é o desrespeito ao Estatuto da Cidade. Ora, estive lá nos anos 80, tinha uma senhora entrando em serviço de parto, eu trouxe para a Rua Zequi, fizeram o toque, mandaram ir para a casa e voltar depois de cinco horas. Eu falei: “não; vamos para o pau”. Quebramos o pau lá e fizeram a cesariana.

Daí, começamos a luta em 1984, na época do Mario Covas e do Zé Guedes, que era o Secretário da Saúde. Fomos lá e começamos a luta pelo Hospital de Parelheiros. Passei lá agora e ele não existe; existe um atendimento precário e tal. Quem mora naquela região tem que cobrar.

Cheguei em Barragem, fazia 30 anos que eu não ia lá, não tem uma rua asfaltada. Vocês que são da Prefeitura ponham aí que queremos asfalto. Por isso que o Subprefeito deveria estar aqui, mas está você, então, vamos cobrar e levar o pessoal lá para cobrar: queremos asfalto ali. Isso é um desrespeito ao Estatuto da Cidade, entendeu? Nós criamos aquele estatuto, foi a maior briga, fizemos o Fernando Henrique assinar, que é para as Cidades respeitarem, entendeu?

As pessoas que moram ali não têm uma creche. Além de pagar condução para levar, as mulheres que têm sair de madrugada, pagam outra pessoa para ficar com a criança, colocar na perua, para poder ir trabalhar. Queremos creche naquela região.

E a questão de outras regiões aqui, meus companheiros falaram muito bem, mas eu quero focalizar lá na nossa região de Parelheiros, porque agora a Defensoria vai acompanhar lá. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Gonçalves. O próximo inscrito é o Sr. Luiz Estouro.

O SR. LUIZ ESTOURO – Sou Luiz Estouro. Na verdade, quando eu fui apelidado por esse nome era estouro no sentido de fazer sucesso, mas não tem como não estourar de indignação quando acontecem algumas situações como essa, por exemplo.

Eu vim com meu filho, Renan, que, inclusive, está filmando para mim. Primeiro, quando você vai a alguma audiência pública, se espera, no mínimo, uma faixa escrita “audiência pública” e tal, aí, vim aqui no Centro Educacional Unificado, na Vila Rubi, na Domingos Tarroso, no Parque das Árvores, e encontro o portão fechado. Audiência pública, e o portão fechado. Quando chego na portaria, o guarda pergunta: “Pois não, onde o senhor vai?” Audiência pública. Entro, o portão é fechado, e meu filho fica do lado de fora, já me causou estranheza. É um centro educacional, tem uma piscina, umas mães, umas crianças; não entendi porque meu filho ficou do lado de fora. Adentrando o recinto, um guarda me disse que criança não poderia entrar. Um pai com seu filho, numa audiência pública, “criança não pode entrar”. Eu perguntei: “onde está escrito isso? Que lei disciplina isso?” Então, tá bom, “fique com sua fala, e eu com a minha cidadania”, e entrei com meu filho, porque a audiência é pública, meu filho tem CPF, tem RG e é a futura geração. Vamos atentar a isso. (Palmas)

Mediante isso, eu vim trazer a minha fala que é uma demanda que vim trazer aqui, mas quero deixar a sugestão aos Vereadores Alfredinho, Rodrigo Goulart, Milton e Ricardo Nunes, que façam um projeto de lei deliberando as regras de uma audiência pública, ampla publicidade, divulgação nas Subprefeituras, creches, UBSs, porque a mãe que quer trazer a

sua demanda por creche saberá que pode vir aqui e reivindicar.

Este é um espaço de reivindicação. A audiência é pública, para ouvir a população. Você vai ouvir a população não na hora da eleição, mas na audiência pública, vai saber qual o problema na creche, na escola, na saúde, sobre medicamento, por isso a divulgação tem que haver nesses locais, ou seja, você tem que ir onde o povo está, porque este lugar era para estar lotado, pois todo mundo tem demandas; há uma fila imensa de crianças sem creche, cadê as mães e seus filhos? Voltando àquele assunto, imaginem se vem uma mãe aqui com uma demanda por creche e é barrada porque não pode entrar. A mãe vai deixar com quem a criança? Prestem atenção, pessoal. Vamos fazer uma legislação específica para que toda audiência pública não seja isso, pulverizada, só com assessoria política. Este é um espaço público.

Agora, eu quero trazer a demanda: essa foi a indignação. Um minuto só.

O Bruno Covas decretou – e parece que vai sair – a Ponte Graúna Gaivotas. Eu quero deixar como sugestão que haja uma compensação ambiental na região do Jardim Primavera; tem o campo de Jardim Primavera; a Usina de Piratininga e um grande espaço que, pela imagem do Google, via satélite, deve ter uns cinco Ibirapueras, Autódromos devem caber dez; lá é uma área que margeia a Billings em 100%, é um parque maravilhoso. Ali é só decretar, abrir para a população, dar uma ajeitada; se você for lá agora, com certeza, estará cheio de nóia fumando *crack* e maconha, gente fazendo sexo, porque é área de mata. É verdade, não é demagogia. Ali é um parque. É só decretar a EMAE vai abrir porque com certeza é de interesse dela e está na diretriz dela que tem que fazer alguma forma de compensação ambiental.

Então, o parque já está ali. Eu me lembro de que, na época do ex-Prefeito Gilberto Kassab, foi decretado pelo Eduardo Jorge, Secretário do Meio Ambiente, cem novos parques, e começaram pela orla do Guarapiranga. Não se esqueçam da Billings. Gostei quando o Milton falou que deve voltar a lei específica da Defesa das Águas. Isso é muito importante. Estamos numa área de manancial que devemos cuidar e meio ambiente, educação ambiental e

compensação ambiental na Ponte Graúna Gaivotas. Nós precisamos porque não foi feito na Ponte Vitorino Goulart. Agora, nós queremos na Ponte Graúna Gaivotas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – O próximo inscrito é o Sr. Severino Anacleto da Silva, do Conseg de Parelheiros.

O SR. SEVERINO ANACLETO DA SILVA – Boa tarde. Meu nome é Severino. Sou de Vargem Grande. Eu faço parte do Conseg de Parelheiros.

Queria falar para o pessoal da Mesa: Alfredinho, Rodrigo Goulart e aos outros que não conheço a respeito da Saúde em Vargem Grande, porque, no Posto de Saúde, não há médicos. As mães estão brigando com os filhos, levando para a zona Sul, levando daqui para ali, quando chegam lá não conseguem passar pelo médico, tomam dipirona e voltam pior do que foram.

Eu fui marcar uma consulta no postinho de saúde, mas só para o final de dezembro haverá inscrição para passar na segunda semana de janeiro. Se você estiver morrendo ali, morre; ali, não tem salvação. Eles falam lá dentro, e é o que a gente vê na rua.

Falam que não tem dinheiro. Dinheiro tem! Porque eu me lembro de quando o Dr. Ernesto falou o seguinte: “é mentira daquele que falar que dentro do Brasil não tem dinheiro, porque o país tem dinheiro jorrando; agora, é mal administrado e no bolso dos políticos; é onde está o dinheiro”.

No ano passado, não tinha terminado setembro, mas o impostômetro estava mostrando 1 trilhão e 1 bi. Vocês podem ver porque isso não é mentira. Como é que não tem dinheiro para contratar os médicos? E os médicos que o governo mandou embora? Dispensou do país? Porque todo médico do Brasil que termina sua faculdade chega numa esquina e abre seu consultório, e a população fica sem médicos, morrendo à míngua. O meu vizinho estava com problema de câncer; foi marcada uma perícia, um exame para ele; ele morreu e não foi fazer a biópsia porque não deu. O Bruno Covas, na semana passada, com o seu câncer, já se submeteu a 60 quimioterapias. Esse dinheiro é do meu bolso. Não é do bolso de Bruno Covas,

não.

Gente, vamos tomar providência com isso, porque a cidadania está pedindo socorro, entendeu? Nós estamos pedindo as providências disso. Este cidadão aqui - desculpe que eu lhe aponte - falou que o número que ele reclamou desse dinheiro mal fiscalizado no Conseg de Parelheiros no mês passado. Não estou mentindo, mas estão dizendo aqui que o país não tem dinheiro. Tem dinheiro, sim, e tem muito jorrando, mas não no bolso da gente. Está no bolso dos interesseiros.

O cidadão acabou de falar o seguinte: “as invasões”. Mas os órgãos públicos estão sabendo dessas invasões. Não tem nada escondido por aí. Vejam as placas: vende-se terreno. Agora, quando tem Eletropaulo, Sabesp, fica todo mundo sentado bonitinho, aí, vem a ordem do despejo: é todo mundo com a mão na cabeça. A população tem que se unir e ir para cima. Somos cidadãos, pagamos nossos deveres, tudo o que é de tributo caríssimo.

Na Eletropaulo, agora, tem tanta gente lá perdendo a luz, Alfredinho; você me conhece e sabe que não é mentira o que estou falando. A Eletropaulo passou a semana todinha cortando a luz do pessoal lá de Vargem Grande, porque ninguém pode pagar mais. E ninguém vai morar no escuro, vai ter que fazer gato, gata ou leão, tudo, mas vai ter que ficar no claro. Essa é a minha reclamação.

Estamos pedindo socorro a vocês, porque é em vocês que a gente vota. Estamos pedindo socorro a vocês para que os órgãos públicos se movam a favor da população. A população está pagando e quer o direito dela.

O que o senhor falou é verdade: não vão se reeleger muito mais não. Aqueles que estão fazendo miséria daqui para trás, não vão avançar mais não, porque tem que ter o respeito para com a população e tem que ter novos talentos na política para que possam administrar esse país, porque está demais jogado às traças e colocar ordem no país que está às traças.

Essa é a minha fala, me desculpem se eu passei algum minuto, mas temos muito mais pela frente. Se formos falar tudo, não dá tempo nem de dar uma boa tarde, então, pelo

tempinho que temos, o que tenho a falar é isso. (Palmas)

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Airton Eduardo dos Santos, do Conselho Gestor da Saúde da Capela do Socorro; depois, a Sra. Luciana Cavalcante, a nossa última inscrita.

O SR. AIRTON EDUARDO DOS SANTOS – Bom dia à Mesa, à Comissão de Finanças e Orçamento.

Sobre a questão da saúde, uma coisa que a gente pede bastante para a Comissão de Finanças e Orçamento é uma atenção muito especial para a Capela do Socorro, através dos investimentos que precisam, o número de unidades que estão sendo feitas e o acompanhamento sobre o BID, porque nós temos, praticamente, 80% e faltam 20% de estratégia de saúde da família para podermos atender a demanda de todo o nosso território e poder adequar o sistema de especialidades.

Outra coisa: o que a gente analisa sobre a regularização fundiária na Capela do Socorro, especialmente, na região do Grajaú, porque nessa região, como em toda a periferia, os bairros foram construídos com dinheiro próprio da comunidade. Eu acho que tem que regularizar esses bairros, ter esse documento para essas pessoas, para que elas possam fazer um financiamento, uma melhoria na sua casa, e o Poder Público também recolher os impostos dessas áreas.

Também a criação da Subprefeitura do Grajaú. Ninguém suporta mais, porque o Grajaú é, praticamente, uma cidade. Não tem como a Capela do Socorro ser administrada com o distrito da Cidade Dutra, e os problemas do Grajaú não têm nada a ver com a Capela e a Cidade Dutra que já são bairros consolidados, mas no Grajaú falta tudo: saneamento, pavimentação, tudo. A criação dessa Subprefeitura do Grajaú é importante.

Basicamente é isso: atenção especial à questão da saúde, regularização fundiária e criação da Subprefeitura do Grajaú.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Airton.

A próxima inscrita é a Sra. Luciana Cavalcante, da MM Sul.

A SRA. LUCIANA CAVALCANTE – Bom dia a todos da bancada, Edmar, Alfredinho, Rodrigo, Ricardo Nunes, estamos aqui agradecendo a oportunidade de esclarecer os fatos.

Gostaria que o pessoal da MM Sul se levantasse.

Estamos na luta há muito tempo pela moradia. O Edmar mesmo nos conhece. Sabemos que são idosos; as pessoas que não podem estar aqui são deficientes físicos e cadeirantes, portanto, têm uma dificuldade grande para chegar até aqui.

Queremos, sim, que o Goulart nos dê uma força, porque sempre o representamos; também o Alfredinho, pelo qual temos um respeito; o Santiago da Capela do Socorro que nos abriu as portas, hoje, ele não pode estar, mas, pelo menos, mandou o Chefe de Gabinete, o Edmar.

Vamos pedir uma salva de palmas, porque ele nos colocou lá dentro quando nós mais precisávamos, quando a gente precisou das respostas, quando muitas portas estão fechadas. A partir do momento em que se precisa de uma votação, a plateia está cheia. Quando chega no nosso bairro, referente a colocar um, é Deputado, é Vereador, chegam batendo na porta e pegando na mão, mas, quando a situação aperta, que é a Moradia, a Saúde, a Educação, enfim que se trata de fatos referentes ao povo, um povo sofrido, um povo que precisa de uma resposta, a gente não tem.

Então agradecemos vocês que estão representando, principalmente, a respeito desse povo sofrido que batalha no dia a dia, que acorda cedo para ganhar seu ganha-pão. Muitos não puderam estar aqui com a MM Sul, como Natal, nosso líder da MM Sul, que nos representam, nos dão força para nossa moradia.

Então agradecemos e queremos a força de todos vocês aqui da bancada, está bom Edmar, Alfredinho, Goulart e o Ricardo Nunes também. Nós somos do extremo Sul, estamos juntos para vocês estarem aqui representando a gente e lutando pelo povo, um povo sofrido

que não pode falar por nós, mas vocês, sim.

Está bom. É só isso. Até mais! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado. Eu como Presidente desta Comissão, quero agradecer a todos os presentes.

Agora vamos passar aqui para as considerações finais dos membros da Mesa para que a gente possa finalizar e levar essas sugestões de cada um dos cidadãos que estiveram por aqui representando suas entidades e bairros também.

Passo a palavra para o Vereador Alfredinho para fazer suas considerações.

O SR. ALFREDINHO – Deixa falar um negócio para vocês. Lá no nordeste tem um ditado, vocês também conhecem, sem nenhum preconceito: Vereador sofre mais que sovaco de aleijado, porque a gente apanha igual bicho.

Não, gente, é assim, um mandato de vereador é uma representação importante delegada por vocês. Agora, não somos donos do poder e não mandamos em tudo e nem podemos tudo, aliás. Não podemos tudo, por quê? Como Vereador nós temos responsabilidade de votar o orçamento, isso que fazemos; melhorá-lo, como eu disse na minha primeira fala. Nós vamos modificar o orçamento, mas quem o executa é o Executivo. A Câmara, geralmente, aprova 15% de remanejamento do orçamento. O que é isso? De um total de 68 bilhões, se você aprova 15% de remanejamento, vai dar o quê? Se fosse 10% daria seis bilhões e alguma coisa, não é? Vai dar mais de sete, oito, vamos dizer 10 bilhões que o Prefeito pode manejar e gastar onde ele quiser.

Portanto, nem tudo o que a gente modifica aqui às vezes é cumprido pelo Prefeito. Às vezes ele não obedece, porque ele tem esse poder de remanejar. Ele tem o poder da caneta.

E respondendo algumas questões aqui: alguém falou que é audiência pública. Audiência pública é lei e é obrigado a ser convocada. E foi convocada, e mal convocada - como dita aqui. Quem tem a responsabilidade de fazer a convocação é o Executivo local. Eu não sei se os senhores se lembram, vocês são chamados a votar todo ano, acho que neste

ano será agora em dezembro, no Conselho Participativo. Cada Subprefeitura tem seu Conselho Participativo. O Conselho Participativo é um órgão, é um mecanismo popular de participação popular, da comunidade. Só que esse atual governo não tem dado importância para o Conselho Participativo, praticamente não se reúne, não atua. Por quê?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO – Não sei se tem. Tem algum membro do Conselho Participativo presente? (Pausa) A Tata é membro. Quem mais? Mas tudo isso, gente, a população participa ou de forma individual, por conta, do jeito que ela quer participar; ou ela participa impulsionada pelo Executivo, pelo Governo ou Legislativo. Diga.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO – Conseg é também um órgão participativo da comunidade que discute segurança, embora, quando você vai lá, discute mais programa local da Prefeitura do que segurança. Porque chega lá é tapa-buraco, iluminação, praça, é mato, e vai por aí fora.

Diga delegado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO – Mas é isso. É uma cobrança que se tem de fazer para que o representante do Executivo participe dessas coisas.

Para não me alongar muito, vou só passar algumas informações bem rápidas.

Sobre a questão da regularização fundiária, muita gente falou. Ontem teve uma plenária da Habitação. Foram quase quatro horas de debate na Câmara e um dos temas levantado foi a regularização fundiária, até porque é um grande problema da Cidade, quando se discute habitação, vai discutir aqueles que não têm moradia; aqueles que têm moradia precária, que moram em beira de córregos, que moram em barrancos sujeitos a desabamentos, tal; e aqueles que têm moradias, mas não tem sua moradia regularizada, que são ocupações que foram feitas em áreas irregulares, nem é ocupação, compraram, na verdade compraram. Não foi nem ocupação, algumas foram, outras não. A maior parte foi

comprada. Segundo dados do ano passado - e esse número é muito conflitante -, houve a regularização para 123 famílias. Foram 120 milhões, oito mil famílias, que não é nada. Segundo eles, para o ano que vem, há uma previsão orçamentária de 132 milhões para atingir 150 famílias. É um número conflitante que não condiz com a realidade, porque eu percebi que você está aumentando dez milhões a mais. E se você, no ano passado, gastou oito milhões e regularizou oito mil famílias, como é que com oito milhões a mais, que são 32 milhões, você vai regularizar 150 mil famílias? Ou não foi empenhado. Grande parte desse recurso, colocado no ano passado, não foi empenhado, por isso que só foi regularizado oito mil famílias; ou tem alguma coisa errada. Fiz a pergunta para o Secretário, ele não conseguiu me responder.

Então esse é um dado que vocês já podem ter: já tem uma previsão orçamentária colocada pelo próprio Executivo que vai poder modificar e colocar mais dinheiro, depende lá do debate na Câmara Municipal, que precisa ser discutido e depois aprovado.

Por último, nós estamos vivendo um problema muito sério na nossa região. Nós somos de áreas de mananciais. Por isso temos dificuldades. De tudo que a gente aprova na Câmara, as leis importantes, aprovamos agora, recentemente, uma lei muito importante: a anistia das construções que estão irregulares. Só que na nossa região, em áreas de mananciais, isso não é possível. Não é possível aprovar uma construção e ser anistiada, para ser aprovada. E está acontecendo muitas ocupações, principalmente na área de Parelheiros e a nossa região é muito importante não só para nós, mas para a Cidade. Porque é daqui que sai uma parte da água que é consumida na Cidade, é aqui que purifica e melhora a qualidade do ar da nossa cidade. E o que acontece? Alguém falou aqui da volta da defesa das águas. Isso é muito importante. Porque existia uma fiscalização permanente no passado, que não tem mais, e que se estiver equipada com força para poder combater as ocupações, isso vai ajudar bastante. Isso não dá para jogar na conta do Subprefeito, gente, não dá. Ele não tem a mínima condição de fazer, porque ele está lá sozinho, acho que Parelheiros têm três ou quatro fiscais; Capela, acho que não passa de 10. Cinco? Cinco fiscais. Em uma área territorial de 136 km². Como é que três fiscais vão conseguir fiscalizar uma área geográfica desse tamanho? Eu já

disse na Câmara Municipal várias vezes: isso aqui só se resolve se o Governo do Estado junto com a Prefeitura fizerem uma força-tarefa, com Polícia Militar, Guarda Metropolitana e mais fiscais para combater loteamentos irregulares. Senão, não vai fazer, porque o coitado do Subprefeito não tem a mínima condição de resolver isso e, aliás, ele é ameaçado quando tenta fazer qualquer ação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO – É, exato. No mais, pessoal, quero me despedir de vocês parabenizando todos que vieram, mesmo com um número baixo de pessoas participando, mas o importante é que cada um que está aqui recebeu informações e pode levar para seu vizinho, para seu amigo o que foi passado aqui para que numa próxima nova discussão, nova audiência, tenha mais participação popular. O que eu gosto no Governo é que tenha participação popular. É muito bonito você ter participação popular no Governo, porque as pessoas estão decidindo o que elas querem, estão indicando o que querem e isso ajuda o Governo, inclusive a melhorar e errar menos. É isso que eu penso. É isso que eu defendo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Alfredinho. O próximo membro da Mesa a usar a palavra é o Sr. Milton.

O SR. MILTON ALVES – Obrigado, Rodrigo. Só para me despedir de vocês também. Estamos aqui mais para ouvir, como foi bem falado aí na audiência. Acho que os temas principais são regularização fundiária e saúde, que nós temos de observar na nossa região. Então está anotado, vamos fazer a lição de casa, conversar bastante com Vereador a respeito disso. Quero enfatizar também o trabalho que vem sendo feito na Câmara Municipal pelos Vereadores aqui presentes, também muito importante. O Rodrigo compôs lá, junto com o Vereador Ricardo Nunes, a CPI da Sonegação Fiscal em que eles fiscalizaram grandes bancos e trouxeram muitos recursos para a cidade de São Paulo. Poucos Vereadores têm coragem para estar em uma CPI como essa. Teve apoio de todos os Vereadores da Câmara Municipal e essa CPI teve um resultado muito positivo para a cidade de São Paulo.

Quero agradecer a presença de vocês, a condução dos trabalhos pelo Vereador Rodrigo Goulart, pelo Alfredinho, pelo Edmar e pelo Thiago. É só isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Milton. Como muito bem lembrado pelos que me antecederam, agora o que a gente vai fazer na Comissão de Finanças? A gente escutou todos vocês, a gente pega as demandas, inclusive as demandas por escrito. Quem puder e quem não falou, se quiser também fazer a demanda por escrito, ainda dá fazer na mesa da saída. Então foi muito importante vocês falarem dos problemas que a gente tem, das demandas que a gente tem. Muitas são conhecidas por nós aqui, mas é importante deixar registrado, que é neste momento que a gente resolve e coloca lá no Orçamento da Cidade.

É um orçamento, como o Vereador Alfredinho falou, em que o Executivo apresenta, a gente faz muitas mudanças lá, principalmente, nas regionais. A gente tem as discussões temáticas, como foi dito aqui também, mas é nas regionais que a gente vê onde o calo aperta, é por isso que a gente vai demandar mais orçamento aqui para a nossa região.

Coloquei alguns pontos aqui, um dos mais ditos foi da Saúde, sobre a questão do Hospital Parelheiros. A previsão era, para agora em dezembro de 2019, mas parece que há uma nova previsão dos equipamentos e a totalidade do Hospital de Parelheiros é para fevereiro de 2020. Isso já, como o Vereador Alfredinho disse aqui, que a Saúde a gente gasta muito e nada dá conta, não é? E nós aprovamos lá na Câmara uma legislação permitindo que a Prefeitura fizesse um empréstimo junto ao BID de mais de 100 milhões de dólares. Um investimento, dos 100 milhões da Prefeitura mais 100 do BID, de aproximadamente 800 milhões de reais, que com esse dinheiro a gente tem insistido lá para que acabe o vazio, o buraco que existe aqui na Saúde, principalmente, aqui do sul da zona Sul. E dentro disso está o investimento também para os equipamentos do Hospital de Parelheiros.

Também foi dito muito aqui sobre a questão da regularização fundiária. É muito importante o que o Vereador Alfredinho falou, mas importante não só para regularização fundiária, mas para todo o orçamento. Há uma previsão de orçamento ao dinheiro empenhado

ainda no ano. Então assim, nada adianta ter uma previsão e o dinheiro não ser gasto. Então a gente tem brigado, e muito lá, é para que o orçamento aprovado seja cumprido.

Então nós vamos lutar para que seja aumentado esse dinheiro para a regularização fundiária, mas que ele seja todo cumprido. Porque pelo o que o Vereador Alfredinho falou, havia uma previsão e foi gasto nem um terço do previsto. Então não adianta nada ter a previsão só para falar que foi aprovado um valor bacana e as famílias, lá na ponta, não serem atendidas. Então a gente tem que trabalhar para ser cumprido esse orçamento.

Eu não ia falar de ponte, mas quando eu fui provocado pelo o Luiz, que falou sobre a ponte, também o Alfredinho falou sobre a proposta do Parque Alto até Jequirituba, que também está no orçamento, uma proposta minha também de inclusão, mas eu sei que o Alfredinho também tem lutado por isso. A ponte Graúna Gaivotas, como foi dito aqui, a questão da compensação ambiental. Está em fase de projeto executivo ao projeto ambiental. Nenhum projeto é feito com irresponsabilidade e não adianta ficar só no discurso. Então foi contratado através de uma emenda parlamentar de minha autoria um projeto executivo, um projeto ambiental. E a previsão é de que até o início do ano que vem esses projetos estejam conclusos, para que só depois se inicie a obra.

Luiz você já usou sua palavra, deixa a gente acabar. Vai ter audiência pública, é tudo às claras, nada escondido. Tudo às claras, como a gente está fazendo aqui agora, discutindo o orçamento junto com vocês.

Então para que a gente possa deixar tudo transparente, eram essas minhas colocações. Eu sei que é um esforço muito grande da comunidade participar de uma audiência como essa. Muita gente veio lá de Marcilac, Parelheiros, de outras regiões compreendidas pela Subprefeitura de Capela do Socorro e Parelheiros.

A gente agradece em nome da Câmara Municipal de São Paulo, os Vereadores: eu, Rodrigo Goulart, Vereador Alfredinho, e também os representantes do Vereador Ricardo Nunes presentes. Quero agradecer ao Edmar da Sub de Capela. Apesar do Subprefeito de Parelheiros não ter enviado representante oficial, o Silvio está aqui representando a Sub de

Parelheiros. Cumprimentar também a nossa Consultoria Técnica, todos os funcionários da Câmara da Secretaria da Comissão. E que a gente possa fazer o melhor trabalho para o Orçamento 2020.

Quero dar uma última informação: foi falado sobre as audiências públicas que irão acontecer. Teremos ainda mais quatro audiências públicas regionais e uma geral que acontecerá na Câmara Municipal na segunda-feira, dia 25 das 10:30hs às 15hs, no Plenário 1º de Maio. Será uma audiência pública geral, em que iremos tratar de todo o tipo de assunto. Quem ainda quiser fazer as suas contribuições ou através do *síte* ou por escrito, ali também.

E nessa audiência pública, lá na Câmara, todos serão muito bem-vindos. A gente está aí realmente para ouvir e encaminhar essas demandas de vocês e melhorar o orçamento da nossa cidade, mas principalmente dos representantes da nossa região.

Não posso esquecer-me de agradecer à equipe do CEU Vila Rubi em nome da
——— Merci, do Richard, do Marcos e do Cléber, aos nossos técnicos, pela cessão do espaço e pelo trabalho no dia de hoje.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrados os nossos trabalhos. (Palmas)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17763** DATA: **23/11/2019** FL: **35** DE 35
